



Dezembro/2010

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de **Secretário de Diligências**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Informática
Língua Portuguesa
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões e preencher Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**INFORMÁTICA**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, considere as funções originais dos produtos, versões escritas em Português do Brasil:

MS-Windows XP – Home – modo clássico.

MS-Office 2003 (Word, Excel e PowerPoint).

1. A finalidade das ferramentas de acessibilidade fornecidas com o Windows é
 - (A) proporcionar maior velocidade de acesso aos discos do sistema.
 - (B) controlar o acesso ao computador, por pessoas não autorizadas.
 - (C) proporcionar nível mínimo de funcionalidade aos usuários com necessidades especiais.
 - (D) criar pontos de controle para a recuperação do sistema em casos de pane.
 - (E) avisar o usuário toda a vez que ele fizer uma tentativa de acesso a algum arquivo oculto do sistema.
2. Na janela "Propriedades de Vídeo" do Windows, a modificação da resolução da tela para menos ou para mais é feita na aba
 - (A) "Área de trabalho".
 - (B) "Configurações".
 - (C) "Aparência".
 - (D) "Temas".
 - (E) "Proteção de tela".
3. No Word, "Layout de Leitura" e "Painel de tarefas" são opções constantes do menu
 - (A) "Arquivo".
 - (B) "Editar".
 - (C) "Exibir".
 - (D) "Inserir".
 - (E) "Formatar".
4. Para modificar o local (pasta) padrão onde o Word guarda os modelos de documentos (.dot) deve-se acessar a aba "Arquivos" contida em
 - (A) "Opções" do menu "Formatar".
 - (B) "Opções" do menu "Ferramentas".
 - (C) "Configurar página".
 - (D) "Formatar arquivos".
 - (E) "Ferramentas" do menu "Opções".
5. Ao realizar um cálculo no Excel, o usuário escreveu, em uma célula, a fórmula representada pela seguinte hipótese: =FUNÇÃO(81). Com isto obteve o resultado 9. Desta forma, a FUNÇÃO representada na hipótese foi
 - (A) RAIZ.
 - (B) EXP.
 - (C) POTÊNCIA.
 - (D) MOD.
 - (E) MULT.
6. Para copiar a mesma formatação contida em uma célula do Excel corrente para diversos locais não contíguos (outras células), deve-se clicar duas vezes no botão
 - (A) "Pincel".
 - (B) "Formatar".
 - (C) "Copiar".
 - (D) "Editar".
 - (E) "Desenho".
7. No PowerPoint, "Testar intervalos" e "Comparar e mesclar apresentações" são opções pertencentes, respectivamente, aos menus
 - (A) "Ferramentas" e "Apresentações".
 - (B) "Exibir" e "Apresentações".
 - (C) "Exibir" e "Ferramentas".
 - (D) "Apresentações" e "Formatar".
 - (E) "Apresentações" e "Ferramentas".
8. Estando no menu "Apresentações" do PowerPoint, o efeito *Persiana horizontal* é obtido na opção
 - (A) "Aparecer e esmaecer".
 - (B) "Configurar apresentação".
 - (C) "Esquemas de animação".
 - (D) "Transição de slides".
 - (E) "Revelar gradativamente".
9. Pequenas informações guardadas no *browser* do usuário pelos sites por ele visitados e que podem, por exemplo, guardar a identificação e a senha dele quando muda de uma página para outra, são conhecidas por
 - (A) *malwares*.
 - (B) *blogs*.
 - (C) *chats*.
 - (D) *cookies*.
 - (E) *keyloggers*.
10. Serviço disponibilizado por alguns sites na internet, genérico, independente de hardware e do sistema operacional, que transfere arquivos por requisição do usuário, levando em consideração as restrições de acesso e as propriedades dos mesmos. Trata-se do protocolo
 - (A) LINKEDIN.
 - (B) SEARCH.
 - (C) MAILTO.
 - (D) SCAM.
 - (E) FTP.



LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 11 a 17 baseiam-se no texto abaixo.

O altruísmo e a bondade estão em baixa. Atualmente, a preocupação com o bem-estar do outro é mais vista com desconfiança ou como sinal de ingenuidade do que como virtude. Essa é a conclusão a que chegaram a historiadora Barbara Taylor e o psicólogo Adam Phillips, autores de um livro sobre a bondade, recentemente publicado nos Estados Unidos. Com informações colhidas em estudos de teoria social, psicanálise e registros históricos, eles defendem a importância do altruísmo para a construção de uma sociedade funcional, mas também mostram quanto a noção de bondade foi distorcida e hoje é mais malvista do que entendida como algo positivo.

Para especialistas, esse desencanto é fruto da derrocada ideológica e religiosa que o mundo ocidental viveu no século XX. O processo de recrudescimento da desconfiança começou com as promessas não cumpridas dos regimes políticos como o socialismo soviético, passou pela barbárie do nazismo e culminou com a criação da bomba atômica.

Diante de grandes tragédias, como enchentes e furacões que deixam milhares de desabrigados, o ser humano sabe ser solidário. Esta generosidade diluída não costuma ser questionada. É diferente, porém, quando a bondade tem um único rosto. Pessoas que se dedicam a trabalhos voluntários aprenderam a lidar com essa desconfiança.

O altruísmo teria nascido no tempo dos caçadores e coletores, 200 mil anos atrás, de acordo com pesquisa recém-publicada. O homem altruísta surge em um contexto de guerra constante por recursos fundamentais à sobrevivência, diz Samuel Bowles, responsável por esse estudo. Grupos com indivíduos altruístas – que se solidarizavam com colegas que não eram necessariamente de suas famílias – tinham mais possibilidade de vencer a disputa por uma zona de caça, por exemplo.

Em meio à crise de valores por que o mundo passa, a historiadora Barbara Taylor vê o momento como uma oportunidade para mudar.

(João Loes e Maíra Magro. **Istoé**, 17 de junho de 2009, pp. 68-69, com adaptações)

11. Em resumo, o assunto do texto está em:

- (A) A vida em sociedade somente se tornou possível, através dos tempos, pelo sentimento de generosidade do ser humano.
- (B) Antes considerada uma virtude, a generosidade agora é vista pela sociedade com desconfiança e como sinal de fraqueza.
- (C) Estudos recentes buscam entender as razões pelas quais o ser humano costuma ser solidário em grandes tragédias humanas.
- (D) Falta de confiança tanto em si mesmas quanto nos outros caracteriza o modo moderno de relacionamento entre as pessoas.
- (E) A crise de valores do mundo moderno vem despertando sentimentos de generosidade nas pessoas, cientes da necessidade de uma vida comunitária.

12. Pressupõe-se corretamente do texto que o altruísmo

- (A) nem sempre permite que as pessoas se sintam mais realizadas e felizes, em razão das situações de calamidade em que esse sentimento predomina.
- (B) caracteriza a organização de sociedades primitivas, que dependiam dos membros do clã para sobreviver, fato que não ocorre atualmente.
- (C) beneficia as pessoas em geral e também aqueles que assim se comportam, sendo importante para uma convivência mais humana e frutífera.
- (D) surge apenas em situações de calamidade, apesar da desconfiança generalizada que esse comportamento sempre propiciou.
- (E) que marca as ações de uma única pessoa nem sempre é devidamente reconhecido, por tratar-se de um sentimento grupal, desde a Antiguidade.

13. O que consta no 2º parágrafo está retomado com outras palavras em:

- (A) A humanidade voltou-se principalmente para os ideais religiosos, em oposição à violência dos regimes políticos, durante o século XX.
- (B) Os ideais de bondade inerentes aos credos religiosos foram sufocados pelas ambições políticas, no século XX.
- (C) A desconfiança se espalhou em todos os lugares e por todo o século XX, apesar do desenvolvimento tecnológico alcançado pelo ser humano.
- (D) Durante o século XX houve predomínio de regimes políticos violentos que se voltaram contra os credos religiosos.
- (E) A violência que se alastrou por todo o século XX levou as demonstrações de bondade humana a um descrédito generalizado.

14. *É diferente, porém, quando a bondade tem um único rosto.* (3º parágrafo)

O significado correto da frase acima está em:

- (A) A bondade deve se manifestar em todas as situações de sofrimento, especialmente quando atingem muita gente.
- (B) Uma só pessoa bondosa em meio às dificuldades vivenciadas por outras é capaz de minorar o sofrimento alheio.
- (C) Enquanto houver alguém que seja bondoso, atitudes solidárias permanecerão como alívio ao sofrimento.
- (D) Quando apenas uma pessoa se mostra bondosa, os demais agem com desconfiança em relação às suas boas intenções.
- (E) Agir com bondade não significa apenas estar presente nas situações de perigo, mas atender a todos os necessitados.



15. Atualmente, a preocupação com o bem-estar do outro é mais vista com desconfiança ou como sinal de ingenuidade do que como virtude. (início do texto)

A mesma ideia contida na frase acima está retomada, com outras palavras, em:

- (A) ... mas também mostram quanto a noção de bondade foi distorcida e hoje é mais malvista do que entendida como algo positivo.
- (B) ... esse desencanto é fruto da derrocada ideológica e religiosa que o mundo ocidental viveu no século XX.
- (C) Diante de grandes tragédias, como enchentes e furacões que deixam milhares de desabrigados, o ser humano sabe ser solidário.
- (D) Pessoas que se dedicam a trabalhos voluntários aprenderam a lidar com essa desconfiança.
- (E) Em meio à crise de valores por que o mundo passa, a historiadora Barbara Taylor vê o momento como uma oportunidade para mudar.

16. Grupos com indivíduos altruístas – que se solidarizavam com colegas que não eram necessariamente de suas famílias – tinham mais possibilidade de vencer a disputa por uma zona de caça, por exemplo. (penúltimo parágrafo)

O ditado popular que poderia traduzir corretamente o sentido da afirmativa acima é:

- (A) Quem espera sempre alcança.
- (B) A união faz a força.
- (C) A esperança é a última que morre.
- (D) Quem não tem cão caça com gato.
- (E) Águas passadas não movem moinho.

17. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

- (A) O peso das novas descobertas, de acordo com uma das pesquisadoras, não devem ser minimizados, pois a generosidade pode ter sido uma vantagem evolutiva para o homem.
- (B) Aqueles que, a exemplo do homem bondoso, se oferece para ajudar em situações de calamidade, acaba sendo interpretado como aproveitador por pessoas frias e desinteressadas.
- (C) Sentimentos como a bondade é inerente à natureza humana, mas as pessoas parece que deixou de lado a confiança na capacidade própria e na dos demais de ser bom.
- (D) O homem, como os animais, desconhecem gestos de bondade quando se tratam de situações que põem em risco sua sobrevivência.
- (E) Segundo estudos recentes, a área de atuação dos processos evolutivos não estaria restrita aos genes de um indivíduo, mas também agiria no comportamento social de um grupo.

Atenção: As questões de números 18 a 20 baseiam-se no texto a seguir.

O surgimento dos Andes influenciou de forma decisiva a imensa biodiversidade na Amazônia. A explosão ocorreu há cerca de 10 milhões de anos, quando a alteração do relevo e do curso dos rios provocou o surgimento de habitats sem comunicação entre si. A datação contraria teorias de que a riqueza das espécies teria começado há "apenas" 2 milhões de

anos. Essas conclusões aparecem em um estudo recentemente divulgado, trabalho que contou com a participação de quatro autores brasileiros.

Há cerca de 23 milhões de anos a cordilheira dos Andes, que estava confinada ao centro e ao sul do continente, começou a emergir no norte da América do Sul. O evento geológico provocou mudanças significativas na paisagem. "As formações montanhosas e a mudança no curso dos rios produziram um mosaico de habitats onde animais e plantas permaneceram isolados", explica Francisco Negri, da Universidade Federal do Acre. "Com o tempo, eles evoluíram e produziram diferentes espécies."

O geólogo Jorge Figueiredo, da Petrobras, que trabalha com prospecção de petróleo, afirma que dados da empresa foram cruciais para os resultados do trabalho. Ao estudar os dados coletados na região, percebeu que ofereciam informações valiosas sobre a origem do rio Amazonas, essencial para a biodiversidade local.

(Alexandre Gonçalves. **O Estado de S. Paulo**, Vida A33, 12 de novembro de 2010, com adaptações)

18. A ideia principal do texto está contida em:

- (A) Cordilheira dos Andes pode explicar a biodiversidade amazônica.
- (B) Prospecção de petróleo revela alterações no relevo da Amazônia.
- (C) Processo evolutivo de espécies é anterior ao surgimento dos Andes.
- (D) Espécies de plantas e de animais fornecem informações sobre a região amazônica.
- (E) A geologia é determinante na extensão dos rios da região amazônica.

19. Em relação ao emprego das aspas, a afirmativa correta é:

- (A) em todos os exemplos em que se utilizam esses sinais de pontuação (1º e 2º parágrafos) há a mesma intenção de reproduzir citações de especialistas.
- (B) no 2º parágrafo o primeiro segmento isolado por aspas reproduz palavras de especialista, e no segmento seguinte há transcrição da ideia principal do parágrafo.
- (C) o uso das aspas é desnecessário no último segmento do 2º parágrafo, pois não há razão que justifique a presença desses sinais de pontuação.
- (D) os segmentos isolados por aspas no 2º parágrafo constituem reprodução exata das palavras do especialista citado, enquanto em "apenas", assinalam intenção de relativizar o sentido da palavra.
- (E) em todos os exemplos o uso das aspas tem o mesmo sentido de chamar a atenção para o uso particular de determinadas palavras no contexto.

20. ... afirma que dados da empresa foram cruciais para os resultados do trabalho. (último parágrafo)

O único adjetivo que NÃO apresenta semelhança de sentido com o de cruciais, entre aqueles que também aparecem no texto, considerada a forma de masculino singular, é:

- (A) valioso.
- (B) essencial.
- (C) isolado.
- (D) decisivo.
- (E) significativo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

21. A nomeação de suplentes em comissões é feita em observância ao princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) hierarquia.
- (C) continuidade.
- (D) publicidade.
- (E) moralidade.

22. Pelo exercício do Poder de Polícia, a Administração está autorizada a cobrar

- (A) tarifa.
- (B) taxa.
- (C) imposto.
- (D) contribuição de melhoria.
- (E) imposto sobre serviços de qualquer natureza.

23. Quando a Administração Pública adquire um imóvel para ali ser instalado determinado órgão público, ele é classificado como bem

- (A) de uso especial.
- (B) de uso comum do povo.
- (C) dominical, ou dominial.
- (D) privado, da Administração.
- (E) de uso particular da Administração.

Direito Constitucional

24. Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar que

- (A) as entidades associativas, em qualquer hipótese, não têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (B) é assegurado, nos casos previstos na lei, o acesso à informação e vedado, em qualquer hipótese o sigilo da fonte, ainda quando necessário ao exercício profissional.
- (C) a liberdade de associação para fins lícitos é condicionada a autorização, permitida a de caráter paramilitar.
- (D) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (E) é assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, salvo nas militares de internação coletiva.

25. Nos termos da Constituição Federal, dentre outras hipóteses, é

- (A) vedado ao Distrito Federal e à União manter com representantes de igrejas relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (B) permitido à União recusar fé aos documentos públicos, vedada a recusa pelos Estados e Municípios.
- (C) garantido aos Estados, nos termos da lei, criar distinções entre brasileiros natos ou naturalizados ou preferências entre si, salvo pela União.
- (D) permitido aos Municípios, nos termos de lei estadual, subvencionar ou estabelecer cultos religiosos ou igrejas ou embarçar-lhes o funcionamento.
- (E) vedado aos Municípios e Distrito Federal, nos termos da lei, a colaboração de interesse, ainda que alegado interesse público, com igrejas ou cultos ou seus representantes, salvo à União e aos Estados.

26. Quanto à organização do Poder Legislativo Federal, é correto afirmar:

- (A) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas em dois turnos de votação, por dois terços dos votos, presente a maioria simples de seus membros.
- (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Município e no Distrito Federal.
- (C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- (D) A representação de cada Estado, salvo do Distrito Federal, será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por dois e um terço, sendo que cada Senador será eleito com três suplentes.
- (E) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

27. Quanto ao Ministério Público, considere:

- I. O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica.
- II. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria simples do Congresso Nacional.
- III. Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- IV. A legitimação do Ministério Público para as ações civis relativas à defesa de interesses das populações indígenas impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição Federal e na lei.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



28. O Conselho Nacional do Ministério Público
- (A) terá seus integrantes eleitos para um mandato de dois anos, vedada a recondução, sendo presidido pelo integrante mais antigo.
 - (B) tem como integrantes, dentre outros, dois juízes federais, indicados um pelo Superior Tribunal de Justiça e outro pelos Tribunais Regionais Federais.
 - (C) escolherá, em votação aberta e pública, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público Estadual ou Federal, permitida uma recondução.
 - (D) compõe-se de quinze membros nomeados pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples da Câmara dos Deputados.
 - (E) exerce o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- Legislação Institucional e Regime Jurídico dos Servidores do Ministério Público**
29. Nos termos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), é correto afirmar:
- (A) O período de afastamento da carreira para exercer cargo, emprego ou função de nível equivalente ou maior na Administração Direta ou Indireta não será considerado de efetivo exercício, exceto para remoção ou promoção por merecimento.
 - (B) A reversão dar-se-á na instância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de antiguidade, observados os requisitos legais.
 - (C) Suspende-se, até definitivo julgamento, o exercício funcional de membro do Ministério Público quando, antes do decurso do prazo de dois anos, houver impugnação de seu vitaliciamento.
 - (D) É obrigatória a promoção do Promotor de Justiça que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
 - (E) O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Conselho Superior, dentre os Procuradores e Promotores de Justiça, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
30. Conforme a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), a ação civil para a decretação da perda do cargo de Membro do Ministério Público será proposta pelo
- (A) Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores.
 - (B) Conselho Superior do Ministério Público perante o Tribunal de Justiça local, após autorização da Assembleia Legislativa, na forma da Lei Complementar.
 - (C) Colégio de Procuradores de Justiça perante o Conselho Superior da Magistratura, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Estadual.
 - (D) Corregedor-Geral do Ministério Público perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público.
 - (E) Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça perante o Conselho Superior da Magistratura, após autorização do Procurador-Geral de Justiça, na forma da Lei Ordinária.
31. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/82), com alterações supervenientes), quanto à eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, dentre outras hipóteses, estabelece:
- (A) São elegíveis, em qualquer caso, os membros do Ministério Público do quadro da ativa que, por qualquer modo, se encontre afastado da carreira, até 10 (dez) dias antes do pleito.
 - (B) O Procurador ou Promotor de Justiça que pretender concorrer deverá apresentar sua candidatura à Comissão Eleitoral até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a eleição.
 - (C) O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, convocará a eleição para a formação da lista tríplice com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, nomeando a Comissão Eleitoral.
 - (D) Se o Procurador-Geral de Justiça pretender concorrer, para fim de recondução, deverá apresentar sua candidatura à Comissão Eleitoral até 40 (quarenta) dias antes da eleição.
 - (E) Em caso de empate no número de votos para compor a lista tríplice, obedecer-se-á, para desempate, a antiguidade na entrância. Persistindo o empate, preferirá o mais antigo na instância.
32. Quanto à gratificação por exercício de atividades perigosas devida aos Secretários de Diligências do Ministério Público do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) serão incorporáveis aos proventos de inatividade.
 - (B) não se incorporam aos vencimentos, salvo aos proventos até o limite de 50%.
 - (C) incidirão sobre a verba da representação, na proporção de 25% do vencimento médio da carreira.
 - (D) não incidirão quaisquer vantagens.
 - (E) incidirão sobre a parcela única deduzível dos proventos, desde que recebida quando em atividade, por período superior a três anos.
33. Conforme a Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, é INCORRETO afirmar:
- (A) O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, permitida a recondução precedida de nova decisão do Senado Federal.
 - (B) São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - (C) A lei assegurará a participação do Ministério Público da União nos órgãos colegiados estatais, federais ou do Distrito Federal, constituídos para defesa de direitos e interesses relacionados com as funções da Instituição.
 - (D) As garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis.
 - (E) É prerrogativa do Procurador-Geral da República, dentre outras, ser processado e julgado, nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns.



Licitações e Contratos

34. Sobre as modalidades de licitação, previstas na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar:
- (A) A autoridade competente, desde que devidamente justificado, pode combinar as modalidades de licitação previstas na lei, de forma a criar uma nova modalidade.
- (B) Na aquisição de bens comuns, a autoridade competente pode optar pelo leilão, qualquer que seja o valor.
- (C) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (D) Para participar da licitação na modalidade convite, os interessados devem estar prévia e devidamente cadastrados.
- (E) Sem prejuízo de outras publicações, devem ser publicados no Diário Oficial da União os avisos dos editais de concorrência quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, com recursos próprios.
-
35. Sobre a dispensa e a inexigibilidade de licitação previstas na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar:
- (A) Trabalhos relativos a pareceres, perícias e avaliações em geral, são considerados serviços técnico-profissionais especializados para fins de inexigibilidade de licitação.
- (B) É inexigível a licitação para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração e de edições técnicas oficiais, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.
- (C) A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, é hipótese de dispensa de licitação.
- (D) Nos casos de inexigibilidade e de dispensa, se comprovado superfaturamento, o fornecedor ou o prestador de serviços não respondem pelo dano causado à Fazenda Pública.
- (E) A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, desde que devidamente justificada, não precisa ser ratificada pela autoridade superior.
-
36. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a cláusula declarando competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual tem natureza
- (A) acessória para contrato de qualquer valor.
- (B) necessária, salvo para os contratos de concessão.
- (C) dispensável em qualquer contrato de valor até cem mil reais.
- (D) facultativa em todos os contratos.
- (E) necessária, salvo, dentre outras hipóteses, nos casos de aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

Orçamento Público

37. Nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, na discussão do orçamento o Poder Legislativo pode re-estimar a receita se
- (A) houver unanimidade na Comissão de Orçamento.
- (B) demonstrada a fonte.
- (C) a prevista for inferior à do orçamento do ano anterior.
- (D) comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (E) houver aumento das despesas.
-
38. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, é vedado ao Administrador, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Na determinação da disponibilidade de caixa, diz a lei, serão considerados os encargos e as despesas
- (A) compromissadas até o início do último trimestre do exercício.
- (B) compromissadas até o início do último bimestre do exercício.
- (C) compromissadas a pagar até o final do exercício.
- (D) referentes ao exercício seguinte ao da assinatura do contrato, se o prazo desse for superior.
- (E) referentes ao total do contrato.

Direito Penal

39. Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- (A) é subordinado à Casa Civil da Presidência da República.
- (B) tem a incumbência, além de outras, de estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados.
- (C) será integrado por 11 (onze) membros nomeados por ato do Presidente da República.
- (D) terá renovado 2/3 (dois terços) de seus membros em cada ano.
- (E) é composto por 15 (quinze) membros cujo mandato terá duração de 3 (três) anos.
-
40. Quanto às disposições da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95) é INCORRETO afirmar:
- (A) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- (B) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, que exercem funções na administração da Justiça Criminal, excluídos os Bacharéis em Direito.
- (C) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.
- (D) No procedimento sumário, os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.
- (E) As disposições da Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.



41. Estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, quanto aos crimes, além de outras hipóteses que
- (A) a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, se inicia ainda e enquanto o sentenciado, por efeito ou não de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.
 - (B) a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de um a dois anos.
 - (C) ainda que não transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em trinta dias, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.
 - (D) ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
 - (E) se o réu for reincidente na prática de crime previsto neste Código, o juiz aplicará a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, em substituição das demais sanções penais previstas.
42. Em relação aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), é INCORRETO afirmar que será
- (A) punida a omissão de cautela.
 - (B) punida a posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
 - (C) punida a posse ou porte legal de arma de fogo de uso restrito.
 - (D) punido o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
 - (E) punido o comércio ilegal de arma de fogo, acessório ou munição.
43. Johnny foi preso em flagrante delito e processado por ter em depósito e guardar, com o fim de entregar a consumo a terceiros, ainda que gratuitamente, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, 2 kg de pasta de cocaína, 10 litros de acetona e 47 pedras de "crack". No curso do processo, verificou-se que em razão de dependência toxicológica, ele era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. Assim, no momento da sentença, provada a autoria e a materialidade, além de outras hipóteses, Johnny
- (A) ficará isento de pena, podendo ser encaminhado, pelo juiz, para tratamento médico adequado.
 - (B) será condenado à pena mínima de 5 (cinco) anos de reclusão.
 - (C) terá sua pena reduzida de um quarto até dois terços.
 - (D) terá sua pena reduzida um terço até metade.
 - (E) ficará sujeito a internação por período igual à da pena privativa de liberdade aplicada.
44. A Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90) estabelece, além de outra hipóteses, que
- (A) a prática da tortura é suscetível de graça e indulto, vedada a anistia e a fiança.
 - (B) a prisão temporária nos crimes de terrorismo e tortura, dentre outros, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - (C) a pena por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será cumprida integralmente em regime fechado, vedada a progressão.
 - (D) em caso de sentença condenatória pela prática de crime de tortura, o juiz não poderá, em qualquer hipótese, permitir que o réu apele em liberdade.
 - (E) o participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, ficará isento de pena pela delação premiada.
45. Estabelece a Lei nº 8.137/90 que quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorre para os crimes nela definidos, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade. Assim, quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo, em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado
- (A) não alcança o distribuidor ou revendedor.
 - (B) alcança o revendedor quando a venda for a prazo fixo, com juros definidos.
 - (C) alcança o consumidor, se este financiou ou parcelou o produto ou serviço.
 - (D) alcança o distribuidor e o consumidor, se este obteve desconto à vista na aquisição do produto e serviço.
 - (E) não alcança o consumidor, só o distribuidor, salvo na hipótese de emissão de fatura, que não corresponda à mercadoria vendida.
46. Em tema de aplicação da lei penal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (B) O princípio da legalidade compreende os princípios da reserva legal e da anterioridade.
 - (C) A regra da irretroatividade da lei penal somente se aplica à lei penal mais gravosa.
 - (D) As leis temporárias ou excepcionais são autorrevogáveis e ultrativas.
 - (E) Na contagem do prazo pelo Código Penal, não se inclui no seu cômputo, o dia do começo, nem se desprezam na pena de multa, as frações de Real.



47. No *sursis*, suspensão condicional da pena, dentre outras hipóteses,
- (A) a suspensão se estende às penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e à multa.
- (B) se o beneficiário está sendo processado por outro crime ou contravenção, no prazo da suspensão, revoga-se, obrigatoriamente, o benefício.
- (C) a pena não superior a 3 (três) anos poderá ser suspensa, por 1 (um) a 2 (dois) anos, ainda que o condenado seja maior de sessenta anos de idade.
- (D) no primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana.
- (E) a condenação anterior à pena de multa impede, em qualquer caso, a concessão do benefício.
-
48. Quanto aos Crimes contra a Administração Pública, considere:
- I. É inadmissível a tentativa no crime de peculato mediante erro de outrem.
- II. O crime de emprego irregular de verbas públicas somente pode ser praticado pelo funcionário público que tem o poder de disposição da verba pública.
- III. Por ser material, consuma-se o crime de concussão no momento da obtenção da vantagem indevida pelo funcionário público ou particular.
- IV. Além de outros, equipara-se a funcionário público para efeito penal, quem exerce emprego em entidade paraestatal.
- V. Sujeito passivo do crime de resistência é qualquer pessoa, inclusive terceiro, alheio à execução do ato legal.
- Estão corretas APENAS as afirmações
- (A) I e III.
- (B) I e V.
- (C) I, II e III.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.
-
50. De acordo com o Código Civil, inclui-se entre as pessoas jurídicas de direito público interno EXCETO
- (A) o Ministério Público.
- (B) o Distrito Federal.
- (C) os Territórios.
- (D) as Autarquias.
- (E) as associações públicas.
-
51. Sobre o domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, é correto afirmar:
- (A) O domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual, será o lugar do último endereço declarado.
- (B) Quanto às relações concernentes à profissão, domicílio da pessoa natural é o lugar da sede principal da pessoa jurídica para a qual trabalhe.
- (C) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio qualquer delas.
- (D) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, o domicílio será, sempre, o local da sede principal da pessoa jurídica.
- (E) O domicílio do marítimo é o de onde o navio estiver ancorado.
-
52. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil. Se houver divergência entre os pais
- (A) o casamento não será realizado.
- (B) prevalece a vontade paterna.
- (C) prevalece a vontade materna.
- (D) prevalece a vontade paterna, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência.
- (E) é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.
-
53. De conformidade com o Código Civil, é lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver. Todavia,
- (A) é obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de setenta anos.
- (B) é inadmissível a alteração do regime de bens.
- (C) não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.
- (D) não podem os cônjuges, sem autorização um do outro, comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica.
- (E) pode, qualquer dos cônjuges, em qualquer regime, sem autorização do outro, ou de autorização judicial, prestar fiança ou aval.

Direito Civil

49. Alfredo, brasileiro, solteiro, com 17 anos de idade, que vive com os pais, estabelece-se comercialmente e com isso adquire independência econômico-financeira. De acordo com o Código Civil, a sua incapacidade cessará,
- (A) apenas por concessão dos pais.
- (B) em razão dessa situação.
- (C) somente quando completar vinte e um anos.
- (D) por decisão judicial que reconheça a sua independência.
- (E) se, apesar da sua situação, contrair casamento.



54. De acordo com o Código Civil estão sujeitos a tutela
- (A) os excepcionais sem completo desenvolvimento mental.
 - (B) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
 - (C) os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
 - (D) os filhos menores cujos pais decaíram do pátrio poder.
 - (E) os pródigos.
55. Sobre a adoção disciplinada no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) a idade mínima para adotar é 23 anos.
 - (B) é permitida a adoção por procuração.
 - (C) em nenhuma hipótese é permitida a adoção de maior de dezoito anos.
 - (D) a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, salvo em relação aos direitos sucessórios.
 - (E) o adotante deve ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
56. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar
- (A) pode ser integrado por pessoas que residam em município diverso da sua área de atuação.
 - (B) integra o Poder Judiciário.
 - (C) é composto de cinco membros, para mandato de quatro anos, vedada a recondução.
 - (D) não pode expedir notificações, devendo solicitar ao Ministério Público a sua expedição.
 - (E) é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional.
57. Na apuração de ato infracional praticado por adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser observada, dentre outras regras, a seguinte:
- (A) Inexistindo na comarca entidade apropriada para cumprimento de medida socioeducativa consistente em internação, o adolescente será entregue aos seus pais ou responsáveis.
 - (B) No caso de flagrante, em qualquer hipótese, a autoridade deve lavrar auto de apreensão, ouvindo testemunhas e o adolescente.
 - (C) Recebendo o adolescente e as peças policiais, o representante do Ministério Público, se não for o caso de arquivamento, deverá representar ao juiz para concessão de remissão ou de aplicação de medida socioeducativa.
 - (D) A conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de, no máximo, quarenta e cinco dias, improrrogáveis.
 - (E) A internação de adolescente perigoso, que for decretada ou mantida pela autoridade judiciária, poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.
58. Considerando a Lei nº 9.605/98, que trata das sanções decorrentes de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, é INCORRETO afirmar:
- (A) A pessoa jurídica não é passível de sanção penal.
 - (B) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas coautoras do mesmo fato.
 - (C) Sempre que a infração administrativa se prolongar no tempo, será aplicada a sanção de multa diária.
 - (D) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, sob pena de co-responsabilidade.
 - (E) O prazo para a autoridade competente julgar o auto de infração é de trinta dias, contados da sua lavratura.
59. Tendo em vista o Código de Defesa do Consumidor, considere as seguintes afirmações:
- I. Entende-se por interesses ou direitos difusos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
 - II. Entende-se por interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
 - III. Entende-se por interesses ou direitos individuais homogêneos, os decorrentes de origem comum.
 - IV. As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor têm legitimidade para a propositura de ação em juízo nos casos de defesa coletiva.
 - V. As entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, sem personalidade jurídica, mesmo que especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, não têm legitimidade para defesa do consumidor em juízo, ainda que se trate de defesa coletiva.
- Estão corretas APENAS as afirmações
- (A) I e IV.
 - (B) III e IV.
 - (C) III e V.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, IV e V.
60. Sobre as ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos é correto afirmar:
- (A) A liquidação e a execução de sentença não poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores.
 - (B) Se o Ministério Público não for o autor da ação, não atuará no processo.
 - (C) Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
 - (D) É competente para a execução, quando se tratar de execução coletiva, o juízo da liquidação.
 - (E) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local, no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, mesmo que se trate de dano de âmbito regional.